

ALARMISMO JUSTIFICADO

(Maria Lucia Fattorelli Carneiro)

O ex-presidente do CADE, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Sr. Gesner Oliveira, em seu artigo "Alarmismo sobre a dívida", publicado na Folha de SP de 18.05.2002, diz que "as opiniões alarmistas em relação à expansão da dívida pública visam freqüentemente justificar a estratégia diametralmente oposta de calote. Isso dilapidaria a credibilidade conquistada pelo país, elevaria o prêmio de risco às nuvens e comprometeria as chances de expansão e produção do emprego."

Parece que o ilustre economista não está atento ao que está ocorrendo em nosso país:

1. O povo brasileiro tem todo direito e até o dever de se preocupar com o crescimento espantoso da Dívida Internadurante os anos de governo FHC, como mencionou o próprio Gesner Oliveira, de R\$60,7 bilhões em 1994 para R\$624,1 em 2001, pois esse crescimento se deu apesar da entrega de significativa parcela do patrimônio público estatal, em decorrência do nebuloso e acelerado processo de privatização de empresas estatais estratégicas e lucrativas; apesar de todo arrocho nos investimentos e gastos públicos (tais como o congelamento dos salários dos servidores e proventos de aposentadorias, cortes de gastos essenciais em saúde, educação, segurança, energia e até no fundo de combate à pobreza) e apesar dos recordes de arrecadação tributária e fiscal. Além de tudo isso, há grande preocupação com relação à composição dessa enorme dívida interna, em grande parte constituída por títulos com cobertura cambial, oferecendo grande insegurança, por estar atrelada a moedas de outros países. Portanto, se o povo brasileiro está alarmado, é porque tem motivos de sobra para tanto!
2. O risco-país atribuído ao Brasil já está "nas nuvens", onerando pesadamente nossas taxas de juros, que estão, atualmente, 9,21 pontos percentuais acima dos juros americanos, cuja dívida "é de US\$5,9 trilhões e corresponde a 56% do PIB daquele país". Mesmo com essa dívida imensa, o risco dos Estados Unidos é "zero", apenas porque aquele país pode pagar sua dívida emitindo moeda, pois são os donos da prensa... Cabem inúmeros questionamentos sobre esse risco-país:

Quais são seus fundamentos técnicos? E jurídicos? Qual a explicação para contínua classificação depreciativa se, ao longo de tantos anos em que nos são impostas taxas de risco obscenas, tal risco nunca tenha se implementado? Quem não merece credibilidade são as agências que continuam atribuindo elevado risco a excelentes e generosos remuneradores do capital. É evidente que a recente manipulação do risco-país, vinculando-o aos resultados das pesquisas eleitorais, é uma tentativa do "mercado" de interferir no processo de escolha democrática dos representantes do povo brasileiro, o que só favoreceu aos banqueiros que compraram dólar e ganharam rios de dinheiro, na semana passada, vendendo a moeda americana em alta após esta manipulação...

3. Com relação às "chances de expansão da produção e do emprego" mencionadas por Gesner, estas já estão mais do que comprometidas:
 - Tivemos crescimento econômico quase nulo no ano passado e, durante os sete anos de FHC, o crescimento econômico anual foi inferior ao verificado nos duros anos da década de 80, considerada pelo próprio FHC quando exercia seu mandato de senador como "década perdida". Nessa linha de raciocínio, a década neoliberal foi mais que perdida...
 - Nunca tivemos taxas de desemprego tão elevadas: Só em São Paulo, mais de 20% da população economicamente ativa está desempregada. E nós sabemos das falhas nas medições desses índices, que não levam em conta aqueles que já desistiram de procurar emprego...
4. Quanto à "estratégia de calote" mencionada por Gesner, gostaria que o autor explicasse melhor que estratégia é essa, para que todos possamos dela tomar conhecimento, uma vez que ainda não vi "calote de dívida financeira pública" em nosso país. Por outro lado, gostaria de convidar o Sr. Gesner a refletir sobre o verdadeiro calote que tem sido – de fato – praticado contra os 53 milhões de MISERÁVEIS, que vivem abaixo da linha de pobreza; contra os 28 milhões de famintos, no país considerado celeiro do mundo; contra os que morrem sem atendimento médico, vítimas dos cortes nos gastos em saúde pública; contra milhões de crianças que não têm acesso a escola, condenadas ao não-futuro, e contra tantos outros, chamados de EXCLUÍDOS, em total afronta ao que consta do artigo 6º da Constituição Federal.

5. Quanto à tabela apresentada, relativa aos "Fatores que contribuíram para a variação da dívida mobiliária", gostaria de desafiar o Sr. Gesner a dissecar o percentual de 59,9%, anunciado como sendo proveniente de dívidas de estados e municípios, especificando os estados, os municípios, os valores e as datas de tais "federalizações" de dívida, de modo a ficar claro e transparente quanto se refere a dívida e quanto se refere a juros sobre juros, fruto dessa política econômica que só sabe ser generosa para com o capital. Seria bom, também, que pesquisasse quantos recursos foram transferidos do setor público para o setor financeiro privado quando, ao federalizar tais dívidas, o governo federal resgatou, pelo valor de face, títulos municipais que estavam sendo negociados no mercado por cerca de 30% desse valor.

Para finalizar, por que não se realiza uma AUDITORIA séria e transparente da dívida pública interna de forma a tranquilizar os ALARMISTAS?...

Maria Lucia Fattorelli Carneiro – Presidente do Unafisco Sindical DS/BH

Identidade – M-575.880 SSPMG

Endereço: Rua da Bahia, 1.033, 11º andar, Centro, Cep - 30.160.011

Belo Horizonte – MG

Endereço eletrônico: unafiscobh@alol.com.br